

Novo órgão Orçamento vai controlar 10 OUT 1985 o Tesouro

JÔ ABREU

Da Editoria de Economia

Até o início do ano, quando entrará em vigor o novo orçamento unificado do País, deverá estar criada a Secretaria do Tesouro Nacional. De princípio, o nome poderá ser modificado, o que é importante, é que este novo órgão do Ministério da Fazenda deverá controlar e centralizar a execução do orçamento público.

Dentro deste controle deverão estar incluídas a preocupação com o endividamento público, evitando-se dessa maneira, que os títulos públicos, lançados da dívida em leilões, não atendam efetivamente à demanda por recursos, ultrapassando as necessidades. Esse controle, até o momento vinha sendo feito pelo Banco Central que mantinha a hegemonia sobre essas responsabilidades, concentrando as decisões dentro da Diretoria da Dívida Pública.

A nova Secretaria, que também será uma extensão da Comissão da Programação Financeira, adaptada à nova situação, deverá também controlar o endividamento dos Estados e Municípios. Até agora, o endividamento dos Estados e Municípios era controlado pelas autoridades monetárias e muitos desses endividamentos, que tiveram que ser honrados pelos bancos oficiais contribuíram para o aumento da dívida pública nacional, uma vez que foram feitos no exterior, com o compromisso dos bancos. Dessa maneira, qualquer tipo de endividamento dos Estados ou de Governos de Estados e Municípios, terá que ser controlado, dentro de um rígido esquema, que partirá do novo órgão da Fazenda.

Finalmente, a Secretaria do Controle Orçamentário controlará os avais que são concedidos pelo Governo, tanto para os setores públicos como para o setor privado. Esses avais, porque têm que ser honrados, muitas vezes geraram pesados ônus à Nação, diante das dificuldades que vêm sendo enfrentadas pelos setores privados e públicos, que tinham no endividamento externo, uma fonte segura de recursos.

Em resumo, o novo órgão da Fazenda acumulará o controle que vem sendo feito pelo Banco do Brasil, pelo Banco Central, e pelo próprio Ministério, justificando-se esse controle unificado pela detenção do conhecimento acerca das datas reais de entradas de receita que o Ministério concentra também. Ainda não se sabe quem será o titular da nova secretaria.